

## **XV ENCONTRO ESTADUAL DE ONG/AIDS DE SÃO PAULO DOCUMENTO FINAL**

Nos dias 05 a 07 de junho de 2024, foi realizado o XV Encontro Estadual de Ong/aids do estado de São Paulo (Eeong). Convocado pelo Fórum das Ong/Aids do Estado de São Paulo (Foaesp), o XV Eeong contou com a participação de 14 delegados e delegadas das organizações da sociedade civil afiliadas ao Foaesp.

O Eeong é um encontro propositivo e deliberativo sobre temas atuais do movimento de luta contra o HIV/aids, preparatório ao Encontro Regional de Ongs/aids (Erong) da região sudeste e ao Encontro Nacional de Ong/aids (Enong), e foi convocado e organizado pelo Foaesp e suas Ongs filiadas. O regimento interno do Eeong e o documento norteador do Enong foram lidos na abertura do evento.

Em seu temário, o XV Eeong discutiu a dificuldade de contribuição da sociedade civil organizada para a construção de políticas públicas em HIV/aids, bem como a situação do acesso à saúde, da prevenção, da assistência, do tratamento e dos Direitos Humanos em relação aos retrocessos e desafios no enfrentamento da epidemia de HIV/aids no estado de São Paulo. Ao final do encontro, este documento foi aprovado em plenária final.

O papel do ativismo foi amplamente discutido durante o evento. O Eeong é um espaço para discussão política e é preciso refletir, reavaliar e repensar condutas e comportamentos, para aumentar a incidência política e, conseqüentemente, políticas públicas para pessoas que vivem com HIV/aids.

Refletir sobre o contexto histórico do movimento de luta contra o HIV/aids, sobre o engajamento dos ativistas, e sobre as ações realizadas é necessário.

É preciso entender o sentido da luta contra o HIV/aids, fortalecer e ressignificar o ativismo, com o objetivo de melhorar a resposta à epidemia de HIV/aids. O trabalho em rede e coletivo é fundamental para esse fortalecimento do movimento.

Lutar contra o estigma, o preconceito e a discriminação com pessoas que vivem com HIV/aids é fundamental. Em mais de 40 anos de epidemia este é, ainda, o maior desafio. Ações de combate e conscientização são essenciais para a garantia dos direitos humanos. O estigma, o preconceito e a discriminação estão incorporados nas instituições e nas políticas públicas.

É preciso acolher as pessoas jovens que vivem com HIV/aids, cuidar de suas particularidades, entre elas a saúde mental. É preciso mobilizar os jovens para o ativismo.

É preciso entender que as pessoas com HIV/aids estão envelhecendo, e o cuidado à saúde da pessoa idosa, com todas as suas especificidades e necessidades, tem que ser garantido.

A educação de base emancipatória, a educação sexual nas escolas e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos são fundamentais.

É urgente colocar como pauta, tanto pra sociedade civil quanto pra gestão, as discussões sobre mudanças climáticas e quais são os impactos na saúde, principalmente no enfrentamento ao HIV/aids.

As campanhas que publicizam as estratégias de prevenção contra o HIV/aids precisam ser ampliadas. Também precisam ser ampliadas as estratégias de prevenção combinada, como Profilaxia Pré-Exposição (PrEP), a Profilaxia Pós-exposição (PEP) e a testagem para HIV, sífilis e hepatites virais. É importante priorizar populações prioritárias, como populações mais vulneráveis e periféricas, e com menos acesso à informação. Há dificuldades de ampliação das profilaxias no interior do estado de São Paulo.

As pessoas que têm resultado positivo no teste precisam imediatamente ter acesso a exames e medicamentos antirretrovirais, serem encaminhadas aos serviços especializados (que precisam ser fortalecidos), vinculadas ao sistema. É obrigação do profissional de saúde reter o paciente no sistema.

É preciso falar para pessoas que vivem com HIV/aids (PVHA) sobre a importância da adesão ao tratamento e da consequente carga viral indetectável, reforçando o conceito I=0 infecção. A ampliação da comunicação sobre o assunto sensibiliza e conscientiza a população, diminuindo o estigma, o preconceito e a discriminação contra PVHA.

As articulações locais nos municípios entre as Ongs e as gestões precisam ser melhoradas. Há poucas parcerias. Em muitos casos, a gestão atrapalha a atuação das organizações. As Ongs são parceiras no cumprimento das ações locais para o enfrentamento da epidemia de HIV/aids.

A resposta ao enfrentamento ao HIV/aids só é possível com a participação da sociedade civil e da gestão, juntas. Há grandes dificuldades nestas articulações, principalmente no interior do estado, e os municípios saem prejudicados na resposta local.

Há problemas na gestão estadual, como articulação junto aos municípios, no que diz respeito ao envolvimento da sociedade civil nas ações territoriais, ampliando o diálogo e a parceria e, principalmente, o reconhecimento do papel da sociedade civil enquanto construtora e executora de políticas públicas relacionadas ao HIV/aids, bem como no monitoramento da implementação das políticas públicas e das ações nos municípios.

Há necessidade de treinamento e educação continuada por parte da gestão nos municípios, para um serviço mais humanizado, respeitando os direitos das pessoas que vivem com HIV/aids. A questão das cirurgias reparadoras para lipodistrofia é um ponto crucial, tema que tem sido discutido, mas não há avanços. Os serviços são qualificados, mas não executam as cirurgias.

As populações mais vulneráveis, como população de rua, população privada de liberdade, população LGBTQ+, são as mais afetadas pela epidemia de HIV/aids. É importante ressaltar que, nesse contexto, as ações intersetoriais se fazem necessárias para avançar na resposta do enfrentamento ao HIV/aids. É preciso entender que o HIV/aids não é só uma questão de saúde pública. O contexto social impacta diretamente na resposta da epidemia.

A criação de comitês que discutam políticas intersetoriais para PVHA é fundamental, assim como uma maior articulação local entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

É necessária assistência para o acesso e garantia de direitos sociais, como segurança alimentar, transporte, programas de transferência de renda, moradia.

É preciso entender melhor a Lei 14.874/24, que estabelece regras e princípios para a condução de pesquisas clínicas em seres humanos. Houve mudanças, e é preciso saber o impacto que pode gerar nas pesquisas clínicas que envolvem questões sobre HIV/aids.

Refletir sobre se conseguiremos a eliminação do HIV até 2030 enquanto problema de saúde pública é fundamental. Também é fundamental a ampliação de recursos financeiros, tanto para a sociedade civil quanto para a gestão. Para a eliminação, informação, ações para o máximo impacto, integração dos serviços públicos e enfrentamento do estigma são essenciais. Por outro lado, a estagnação das ações de enfrentamento aumenta a vulnerabilidade e as desigualdades.

São Paulo, 7 de junho de 2024

Fórum das Ong/Aids do Estado de São Paulo